



## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Parecer** ao Projeto de Lei Complementar nº 015, de 12 de setembro de 2017, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações que especifica na Lei Complementar nº 83, de 7 de maio de 2001, que “institui o plano de carreira e remuneração do Magistério público municipal de Pradópolis e dá outras providências”, e dá outras providências.

### **I – Relatório**

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe seja alterada a redação do artigo 64 da Lei Complementar nº 83/2001, bem como acrescentar-lhe o artigo 63-A e parágrafos, a fim de dirimir qualquer divergência de interpretação normativa.

Segundo a mensagem do projeto, a alteração e o acréscimo normativos pretendidos visam reparar imprecisão constante na Lei Complementar nº 083/2001, que institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Pradópolis, quanto ao período de férias regulamentares e ao período de recesso escolar.

Ademais, a correção de tal imprecisão também objetiva extirpar eventuais ações trabalhistas, propostas em face do Município, para fins de recebimento da remuneração referente a 45 (quarenta e cinco dias) de férias, desonerando o orçamento municipal, consequentemente.

A Mensagem do projeto foi lida no expediente da sessão ordinária do dia 11 de outubro de 2017.

Em 18 de setembro de 2017, a Procuradoria Jurídica Legislativa desta Casa emitiu parecer jurídico sobre o projeto em apreço, opinando por sua constitucionalidade e legalidade.

Por fim, em 10 de outubro de 2017, foi realizada audiência pública sobre o projeto em apreço, com ampla participação de professores(as) municipais.

### **II – Análise**

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições dos artigos 37, II, da Lei Orgânica do Município; 24, §2º, 4, da Constituição do Estado de São Paulo; e 61, §1º, II, “c”, no que tange à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para proposições que disponham sobre o regime jurídico dos(as) servidores(as) públicos(as) municipais.

Não obstante, aos Municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e a estadual no que couber, para fins de autoadministração e auto-organização, nos termos dos artigos 1º e 4º, I, da Lei Orgânica, bem como dos artigos 18; 30, I; e 60, §4º, I, da Constituição Federal de 1988.

Quanto ao mérito, observadas as limitações legais já mencionadas, observa-se que o Município apresenta autonomia para a regulação funcional de seus(as) servidores(as) públicos(as), podendo, inclusive estabelecer período de férias superior (e jamais inferior) a 30 (trinta) dias – mínimo estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, legislação federal aplicada aos empregos públicos municipais –, por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Nesse sentido manifestou-se a Procuradoria Jurídica Legislativa desta Casa, entendendo que os(as) professores(as) municipais não têm direito público subjetivo a 45



# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

(quarenta e cinco) dias de férias, nem direito adquirido ao regime jurídico funcional, salvo aqueles direitos já incorporados ao tempo da sua constituição – não se tratando este do caso sob análise –, conforme Parecer Jurídico nº 058/2017.

Entretanto, considerando que a concessão de período ampliado de férias laborais trata-se de ato discricionário do Poder Executivo Municipal, a adoção de tal medida não afronta o ordenamento jurídico, nem quaisquer direitos dos(as) professores(as) municipais.

Nesse sentido, em vista da análise de conveniência, utilidade e oportunidade da matéria apreciada, considerando as peculiaridades do exercício do Magistério, este relator entende que as imprecisões da Lei Complementar Municipal nº 083/2001 deveriam ser sanadas no sentido de estabelecer a ampliação do período de férias dos(as) professores(as) municipais para 45 (quarenta e cinco) dias, conforme já vem sendo interpretado e aplicado, o que inviabiliza a aprovação do projeto em apreço.

Por fim, no que tange à análise lógica, gramatical e textual, observa-se que, ao propor a alteração da redação do *caput* do artigo 64 da Lei Complementar nº 083/2001, o projeto suprime os incisos do referido artigo sem fazer qualquer a essa supressão.

Contudo, em vista da manifestação pela reprovação do projeto, este relator exime-se de propor emenda modificativa para adequar a incongruência estrutural supramencionada.

### III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional, legal e jurídica, mas não apresenta boa técnica legislativa; já no mérito, todavia, não deve ser acolhido.

Voto, portanto, pela sua reprovação.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

**DANIEL DE SOUZA SILVA**

Relator





# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

### Parecer da Comissão de Justiça e Redação

Nº 069/2017

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 23 de outubro de 2017, opinou unanimemente pela constitucionalidade e juridicidade, mas pela ausência de boa técnica legislativa; e, no mérito, pela **reprovação** da Projeto de Lei Complementar nº 015, de 12 de setembro de 2017.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2017.



DANIEL DE SOUZA SILVA

Relator e Presidente da Comissão



FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente



NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

